



Texto para Discussão 010 | 2021

Discussion Paper 010 | 2021

Uma versão pós-colonial da história latino-americana e seus usos para economistas

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from

<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

Uma versão pós-colonial da história latino-americana e seus usos para economistas¹

Março, 2021

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

¹ Este texto é um sumário das discussões realizadas no decorrer do curso de extensão dado pelo autor entre agosto e novembro de 2020 no IE/UFRJ, intitulado “uma versão pós-colonial das histórias latino-americanas”, assim como da sua pesquisa de pós-doutoramento no PPGH/UFF sobre Trotsky e os nacionalismos leste-europeu e latino-americano. Agradeço às contribuições dos meus alunos e ao apoio das Profas. Margarida Oliveira, no IE/UFRJ, e Renata Schttino, minha supervisora na UFF, assim como aos meus alunos extensionistas. Quaisquer erros e omissões são da minha responsabilidade.

1 Introdução: o porquê deste trabalho

É fácil entender por que a recente voga pós-colonial, iniciada grosso modo pela publicação em 1979 do *Orientalismo* de Edward Said, parece não haver tido grande repercussão no debate econômico, internacional ou brasileiro. Como nos lembra - entre outros autores - Partha Chaterjee, o discurso economista é filho do Iluminismo: ele percebe o sujeito econômico de duas formas apenas - primeiro, como membro da sociedade *civil*, como proprietário *privado* de fatores de produção (incluído, aí, o trabalho); segundo, como *nacional*, isto é, como *cidadão* politicamente ativo². Ora, o que a teoria pós-colonial aponta é exatamente para a existência de comunidades inteiras cuja identidade reside exatamente no fato de serem *opostas* a noção, seja do proprietário privado, seja do cidadão: o não-empregável, o membro de uma minoria inassimilável, o excluído. Tais grupos, diz o politólogo indiano, tem como marca da sua subalternidade exatamente o fato de estarem “submetidos a um alto grau de suspeição”³ pelo aparato estatal. Sua identidade comum reside precisamente no fato de não poderem “falar”. Como lembra Spivak, citando Foucault, o que distingue a repressão da simples punição está em que aquela é uma “sentença de desaparecimento, assim como uma injunção ao silêncio; a afirmação da não-existência”⁴.

Não para menos, aos olhos dos *policy-makers*, o excluído só começa propriamente a “existir” a partir *da repressão mesma*, da sua “ressocialização”: é a partir do ponto em que o excluído *deixa* de existir enquanto tal - e converte-se em “trabalhador” e cidadão “nacional” - que ele apenas pode começar a ser considerado como objeto de política pública. Fora daí, aquilo que caracteriza o “novo sujeito social” é principalmente o que ele *não* é, ou o ser “sem”: sem-terra, sem-teto, o *informal* (para não dizermos o *informe*...). Quando o falecido Francisco de Oliveira realizou, no meio dos Anos de Chumbo, sua descoberta do papel dos informais e precarizados na viabilização do processo de acumulação capitalista do Brasil contemporâneo e denominou sua análise

² Partha Chaterjee, *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: EDUFBA, 2004, pgs. 156/157.

³ *Ibid.*, pg.157.

⁴ Gayatri Chakravorty Spivak, “Can the Subaltern Speak?”, IN Nelson & Grossberg, eds., *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988, pg. 306.

como uma “crítica à razão dualista”⁵, ele estava engajando-se, *avant la lettre*, naquilo que o semiólogo Walter Mignolo denominaria, muito depois, de pensamento “liminar”, “fronteiriço” (*border thinking*) : a tentativa de pensar em categorias e sujeitos “indisciplinados”, reduzidos a uma condição subalternizada pelo discurso dominante⁶: o trabalhador “informal” como idealmente reduzido a uma não-existência por não caber nas fronteiras conceituais da Economia do Trabalho – e , portanto, reduzido pelo senso comum ideológico à condição de *não* trabalhador, de “improdutivo”. Mas - como assinalava já em 1972, o próprio Oliveira - tal senso comum reacionário, ao mesmo tempo em que caracteriza desdenhosamente o precariado como mera mão de obra redundante, “excrescência e depósito do exército industrial de reserva”⁷, não deixa, *precisamente pela posição de subalternização repressiva* deste mesmo precariado, empoleirado no fio da navalha entre classe trabalhadora e pequeno-burguesia *lumpen* – de temê-lo intensamente no seu potencial de revolta, na sua posição sem rei nem roque, e sem muito a perder. Como já sumarizava Oliveira na remota década de 1970, no Brasil qualquer reivindicação distributiva, por mais elementar que seja, converte-se imediatamente em contestação à ordem burguesa - e a acumulação capitalista, em repressão aberta⁸.

Note-se que Oliveira apenas repetia involuntariamente algo que outros “malditos” do discurso modernizante já haviam dito em circunstâncias históricas diversas, porém similares: na década de 1930, Mário Pedrosa e Lívio Xavier explicavam a quebra do Liberalismo político formal da República Velha, e a conseqüente emergência da Era Vargas, exatamente a partir desta impossibilidade do país conseguir realizar uma modernização uniforme: “a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista [...] As palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, tem, para o governo, um caráter subversivo”⁹. A

⁵ Francisco de Oliveira, *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*. S. Paulo: Boitempo, ed. ampliada, 2003.

⁶ Cf. Walter Mignolo, *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton University Press, 2012, pg. 10.

⁷Oliveira, *Crítica à Razão Dualista, op.cit.*, pg. 58.

⁸ *Ibid.*, pg. 119.

⁹F. Abramo & D. Karepovs, eds., *Na Contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940*. S.Paulo: Sundermann, 2013, pg. 70.

mera *presença*, ou mesmo o *pressentimento* da Alteridade já é suficiente para desencadear “a obsessão histórica da ordem do regime social”¹⁰. Recuando ainda mais, este temor ao Outro e obsessão da Ordem combinam-se organicamente com o racismo, do tipo que levava um Euclides da Cunha a escrever em *Contrastes e Confrontos* que “falta-nos integridade étnica que nos aparelhe de resistência diante dos caracteres de outros povos”¹¹.

Coloquemo-nos, no entanto, no nosso próprio tempo e na sua problemática própria: a medida que a acumulação capitalista se torna cada vez mais e mais excludente, universaliza-se um problema que, um século atrás, era visto como peculiar a países “novos”: a democracia liberal não funciona mais como um guarda-chuva que permita às diversas classes e grupos organizarem-se livremente; o exercício do poder político *efetivo* concentra-se num grupo cada vez mais reduzido, realizando uma predição do velho Lafargue¹². Se o velho guarda-chuva liberal-democrático se encontra cada vez mais roto, é necessário encontrar um sucedâneo para o mesmo. E daí o papel político paradoxalmente cada vez mais saliente, num mundo cada vez globalizado, de um nacionalismo reciclado, transformado, de “nacional-libertadorismo abstrato”¹³, em instrumento de mobilização autoritária de tipo MAGA e similares – bem de acordo, aliás, com as aparentemente vetustas previsões dos anos 1930¹⁴.

¹⁰ Ibid., pg. 69.

¹¹ Apud Nelson Werneck Sodré, *A Ideologia do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, pg.137.

¹² Apud Na *Contracorrente da História*, op.cit., pg.317.

¹³ Ibid., pg.325.

¹⁴ “Ai [...] do militante [...] que dá uma pontinha de dedo ao domínio do nacionalismo [:] a engrenagem implacável da luta de classes engole o dedo, o braço, o corpo todo” – *apud id.*, pg. 247.

2 Economia, política, língua nacional

O discurso das políticas públicas toma como seu ponto de partida, sua moldura, o Estado Nacional – do qual ele tira, na língua alemã, o nome da própria disciplina: *Nationalökonomie*, a Economia Política do Estado Nacional, entendido este como fundado numa cidadania universal, exercida idealmente por todos os membros da fauna humana permanentemente domiciliada no interior das suas fronteiras. O problema é que o Estado Nacional – o Estado *Político*, tal como o chamava o jovem Marx – historicamente não correspondeu às suas pretensões auto-atribuídas de universalidade: ao mesmo tempo que ele supostamente inclui a totalidade dos cidadãos de forma indiferente aos privilégios, ele acaba por excluir considerável parte da população.

A forma de exclusão básica do Estado Nacional é precisamente o seu instrumento de inclusão básico: a língua nacional. A constituição normativa de toda língua implica em escolhas que valorizam o estilo de vida de uma determinada classe ou grupo, certa trajetória histórica, certo capital cultural; exatamente por isso, quanto mais cultivada for uma língua nacional, mais excludente será seu uso; Gilberto Freyre notou perfeitamente este paradoxo no caso de Euclides da Cunha, quando observou que tudo aquilo que havia em *Os Sertões* de “adiantadíssimo” em termos de investigação e de denúncia informada, era a todo o momento invalidado pelo “amor [...] pela palavra simplesmente bonita ou rara”¹⁵ – amor à oratória com o qual o escritor desejava servir, paradoxalmente, à causa da exatidão....¹⁶

Há um trecho da *História da Revolução Russa* de Trotsky em que o então já “velho” revolucionário, falando da antipatia de Rosa Luxemburgo aos movimentos nacionais do Império Russo na sua generalidade, lembra que Rosa negava a própria existência de uma cultura e de uma língua ucraniana, considerando que ambas seriam algo formado artificialmente na imaginação de intelectuais nacionalistas pequeno-burgueses.... Ao que o revolucionário russo respondia dizendo que, se a língua ucraniana não se fazia ouvir no debate político como língua de uso corrente, tal se devia apenas à *passividade política* na

¹⁵ Werneck Sodré, *A Ideologia do Colonialismo*, op.cit., pgs. 155/156.

¹⁶ *Ibid.*, pgs. 152/153.

qual o campesinato ucraniano tinha sido mantido até então, e que o modo de quebrar tal passividade passava pela admissão do uso, no debate político, de toda e qualquer língua *local* - родной язык, no original¹⁷, Há aí uma sutileza de significado que a tradução não passa: o adjetivo родной está associado à ideia de *naturalidade*, de lugar de nascimento¹⁸; родной язык é a língua “materna”, “nativa”, e não a língua nacional; é a língua *utilizada efetivamente* pelo falante em função do simples acaso da sua naturalidade – ainda que esta mesma língua não seja reconhecida *de jure* como nacional. O que Trotsky quer dizer é que a participação ativa do sujeito político passa pela aceitação incondicional da sua expressão na sua linguagem corrente – nem mais, nem menos; uma revolução é primariamente a oportunidade que se dá ao subalterno de vocalizar, falar alto - заговорить вслух¹⁹.

O papel excludente do Estado Nacional, assim, refere-se menos à sua relação com o absolutamente Outro, e mais com sua posição diante de uma alteridade “fronteiriça”, a do sujeito que, não se encontrando completamente “fora”, não se encontra também plenamente “dentro”, na medida em que mantém “pequenas diferenças” que justificam uma posição de subalternização em que é mantido pelo centro hegemônico; é o sujeito que é suficientemente “semelhante” para que possa relacionar-se como o Centro mas que é ainda demasiadamente “outro” para que possa pretender uma posição de sujeito de pleno direito: o “informal” em relação ao trabalhador assalariado *strictu sensu*, o “aculturado” que não possui o domínio pleno da cultura e da língua “nacionais” (ainda que a sua língua materna seja tida por um “dialeto”).

¹⁷ <https://www.marxists.org/russkij/trotsky/works/trotl009.html>

¹⁸ Do verbo родить, “nascer”.

¹⁹ <https://www.marxists.org/russkij/trotsky/works/trotl009.html>

3 A invenção do Outro

Num trabalho recente, o politólogo João Feres Jr. , após uma leitura exaustiva de vários manuais universitários de história da América Latina comumente utilizados em universidades americanas, considerava que estes manuais, na sua generalidade, definem a América Latina em geral, através da noção de sua *assimetria* – cultural e temporal – em relação à “América” *strictu sensu* : a América latina é extremamente “diversa”, *porém* o que a caracterizaria em geral (aos olhos dos autores dos manuais *made in USA*, naturalmente...) é a “tradição” – e o seu anti-modernismo: elitismo, hierarquia, corporativismo – em oposição à democracia liberal, livre iniciativa e pluralismo; o que define a América latina , em geral, é aquilo que lhe *falta* em oposição à América do Norte²⁰. O que equivale a dizer que a AL não possui uma história *sui juris* enquanto conjunto de sociedades nacionais, senão que sua história se desenvolve em função da sua suposta insuficiência *vis-a-vis* do seu Centro; a América Latina, por mais que exista materialmente – como o “Oriente” de Said - é de fato *representada* a partir do seu “Ocidente”, sendo de certa forma a sua invenção...

Na década de 1960, Fanon escrevia que, nas colônias, “a infraestrutura é também uma superestrutura”²¹: a própria assimilação insuficiente e imperfeita da periferia à base material geral do capitalismo cêntrico, longe de aparecer como um desmentido às promessas de prosperidade generalizada, servia ao contrário para legitimar ideologicamente a dominação colonial - ou neocolonial; a inferioridade manifesta do colonizado justifica que ele seja administrado primariamente pela via da coerção, sem quaisquer disfarces. O desenvolvimento desigual converte-se em justificação moral da hierarquia e da heteronomia. É a mesma lógica que justifica que o educando que não domine a língua nacional na sua norma culta não expresse uma identidade cultural

²⁰ Feres Jr., A História do Conceito de “Latin America” nos Estados Unidos. Bauru: EDUSC, 2005, pgs. 260/261.

²¹ Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth*. Nova Iorque: Grove Press, 2004, pg. 5.

distinta, e sim a sua falta de educação e inépcia... A dominação deixa de ser História para converter-se, ideologicamente, numa ontologia da desigualdade²².

Pode-se dizer que o Colonialismo - e o pensamento heteronômico que ele engendra – são um produto de uma série de *promessas de universalidade* não realizadas: a universalidade do capitalismo avançado, do trabalho formalizado e dos direitos sociais, das línguas nacionais... do Iluminismo cosmopolita na sua versão kantiana, dizia Gramsci²³. Como escreverá um outro autor mais moderno:

“A ‘Economia’ e a ‘História’ são as formas de conhecimento que correspondem às duas instituições maiores que a ascensão (e posterior universalização) da ordem burguesa deu ao mundo: o Modo de Produção Capitalista e o Estado Nacional (a ‘História’ dirigida à figura do Cidadão). Um historiador crítico não tem outra escolha senão a de negociar com este conhecimento”²⁴. E tal negociação passa pela constatação de que tal universalização gêmea – da Economia capitalista globalizada e de um Estado de cidadãos - não realizou a promessa hegeliana do indivíduo que se torna universal²⁵; muito pelo contrário, a liberdade ideal burguesa é percebida, no mais das vezes, pela via da real presença da sua ausência. Como diz Mignolo, a Modernidade Ocidental engendra seu “lado escuro” na medida em que tudo que ela não reconhece como seu é considerado como estando fora da historicidade: a História Universal é equivalente à Modernidade Ocidental, já que tudo que não é ocidental é não-histórico²⁶. Tal não significa dizer que o não-ocidental (e supostamente não-moderno) seja negado na sua materialidade. Mas sim que esta materialidade é colocada numa posição em que ela se relaciona *passivamente* com a Modernidade, como “folclore” atemporal, e não como agência histórica²⁷. Se há algo que é característico do contexto latino-americano (e especialmente do brasileiro) do ponto de

²² Walter Mignolo, “Foreword” a Hamid Dabashi, *Can non-Europeans Think?* Londres: Zed Books, 2015, pg. xi.

²³ *Apud* Dabashi, *ibid.*, pg. 35.

²⁴ Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe*. Princeton University Press, 2008, pg. 41.

²⁵ Hegel, *Filosofia da Arte*, *apud* Marcuse, *Razão e Revolução*. S.Paulo: paz e Terra, 2004, pg.87.

²⁶ Mignolo, *The Darker Side of Western Modernity*. Durnham: Duke University Press, 2011, pg. 13.

²⁷ María Iñigo Clavo, “Is Brazil a postcolonial country?”. *Paragrana*, 25(2016) 2.

vista da pós-colonialidade, é exatamente o fato de que nele é necessário começar pela simples afirmação da *aplicabilidade* do paradigma da colonialidade; o Outro se encontra tão desprovido de agência a ponto de ser simplesmente *assimilado* ao sujeito hegemônico; afirma-se o caráter “mestiço” do País de forma a nem sequer problematizar a mera existência do não-branco, do não-europeu e do não-“ocidental” como potencial sujeito contra-hegemônico²⁸.

Quando o velho Trotsky, mais ou menos na época da redação da sua *História da Revolução Russa*, escreve abertamente a seus correspondentes espanhóis (muito provavelmente, ao catalão Andrés Nin e seu grupo) sugerindo a exclusão da demanda de independência nacional das diversas comunidades minoritárias do programa político dos revolucionários espanhóis, ele responde às objeções dos mesmos correspondentes dizendo que, *precisamente* por ser a demanda de libertação nacional uma condição necessária de qualquer revolução democrática, é que esta demanda *não poderia mais* ser realizada dentro do quadro de um Estado Nacional – fosse este castelhano, catalão ou basco. Pois as bases econômicas (e capitalistas) destes estados nacionais hipotéticos jamais seriam tão amplas que permitissem a estes estados serem plenamente “universais”, representativos da totalidade dos seus habitantes; eles seriam sempre e apenas estados de uma nacionalidade dominante (e até mesmo minoritária), assim como o estados balcânicos haviam-se constituído, após a libertação do jugo otomano, sobre a *exclusão* de boa parte da população inclusa nas suas fronteiras²⁹. A libertação nacional, como tarefa democrático-burguesa, só poderia ser realizada *de fato* no quadro de uma futura federação socialista ibérica – e esta por sua vez, só poderia realizar-se plenamente como parte de uma de uma federação socialista europeia. O que era reivindicação máxima no seu contexto original, democrático-liberal, tornou-se condição mínima – diria Gramsci,

²⁸ Fernando Coronil, “Latin American postcolonial studies and global decolonization”. *Worlds and Knowledges Otherwise*, Spring 2013. Guillermo Bustos, “Enfoque subalterno e historia latinoamericana: nación, subalternidad y escritura de la historia en el debate Mallon-Beverley”. *Fronteras de la Histpria*, Vol 7 (2002).

²⁹ Trotsky, “More on Soviets and the ‘Balkanization’ argument” (1/09/1931), IN *The Spanish Revolution*. Nova Iorque: Pathfinder Press, 1973, pg. 164.

alternativamente³⁰. E, se o subalterno “puder falar”, tal não se fará através da Modernidade burguesa enquanto tal...³¹

³⁰ “As afirmações do Liberalismo são ideias-limite que, reconhecidas como racionalmente necessárias [...] realizaram-se no estado burguês [...] – e se desgastaram. Universais para a burguesia, não o são suficientemente para o proletariado” (Gramsci, “La Città Futura”, 11/2/1917, *Escritos Políticos*, C.N. Coutinho, ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 1, pg. 79.

³¹ Ladislao Landa Vásquez, “LOS FANTASMAS DE LA SUBALTERNIDAD (LA TRANSFORMACIÓN DE/EN LOS DISCURSOS (SOBRE LOS) INDÍGENAS EN AMÉRICA LATINA). <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i11.445> Acessado em 19/12/2020.

4 Balanço e perspectivas futuras.

O velho Eugênio Gudín, decano do neoliberalismo brasileiro no que tinha de mais reacionário, considerava na década de 1950 que a legislação trabalhista varguista, ao buscar oferecer um estímulo *positivo* para a migração da agricultura de subsistência para o emprego urbano, oferecia um “prêmio” à “indisciplina e à vadiagem”: o trabalhador urbano podia, supostamente, *escolher* a ocupação mais convidativa, e, no limite, entregar-se à ociosidade mais ou menos prolongada no mesmo meio urbano³². Alternativamente, esta mão-de-obra deveria ser submetida ao estímulo do desemprego (e, implicitamente, da prisão por vadiagem) para aprender a ser produtiva e competitiva³³.

Bielchowsky nota, ao comentar os escritos econômicos de Gudín, que este, em 1959, havia produzido um texto com uma “estranha passagem”, em que lastimava que a mão de obra rural do Brasil contemporâneo padecia de uma abundância de mão-de-obra “elementar”, sem “alfabetização, aprendizagem, profissão”³⁴. Ora, se a idéia era apenas de elevar a produtividade física do trabalho, o treinamento específico – mesmo a própria alfabetização - não seria necessário, pelo menos num primeiro momento. Parece-me, no entanto, necessário arriscar que Gudín não estava falando, neste momento, como economista, mas como uma espécie de pregador leigo que considerava que o assalariado, para converter-se em sujeito de direitos – para começar a *existir* como cidadão - deveria provar-se *moralmente*, através da alfabetização e do aprendizado de um ofício. Temos aqui a Colonialidade na sua expressão mais desenvolvida: a combinação da exploração econômica com a exclusão de facto do subalterno não-“assimilado” do corpo político do Estado Nacional³⁵.

³² Cf. Ricardo Bielchowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pg. 76.

³³ *Ibid.*, pgs. 54/55.

³⁴ *Id.*, pg. 54.

³⁵ Aníbal Quijano, “Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina”. IN Edgardo Lander, ed., *A Colonialidade do Saber, eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CIACSO, 2005, pg. 122.

Tudo considerado, a passagem gudiesca nada tem de especialmente bizarro ou inusitado: alguma medida de confusão entre o descritivo e o normativo, o ser e o dever ser, o imperativo hipotético e categórico, é um traço bastante vulgar do Liberalismo econômico. Um reformista burguês como Keynes já apontava esta contradição: se os liberais consideram que o desenvolvimento econômico é o produto de ajustes “automáticos” e “naturais” que incluem o desemprego e o corte de salários, então a *resistência* dos assalariados a tais ajustes seria igualmente “natural”. Só que não: o que os liberais esperam dos assalariados é que escolham entre “a inanição e a submissão”³⁶. Para Keynes, isto era meramente uma consequência da preguiça mental da classe dominante, de “um vago otimismo e a crença cômoda de que nada de realmente sério jamais acontece”³⁷. Trata-se, no entanto, de um *understatement* do economista britânico: o que ocorre é que os mecanismos de ajuste do Liberalismo econômico sempre possuíram uma dimensão não apenas econômica como *político-ideológica*, no sentido de tornar o exercício da cidadania ativa condicional à submissão à disciplina e aos valores do sujeito (burguês) hegemônico. Um pouco depois de Keynes, Kalecki considerará que o desemprego, tanto quanto um processo econômico, é um instrumento de *disciplina social e política* pela via da exclusão³⁸, da ameaça de uma calamidade social, que, lembrará Karl Polanyi, mais do que um processo meramente econômico, é um processo *cultural*: “o ferimento letal infligido às instituições sobre as quais está apoiada a vida social”³⁹.

O desenvolvimento desigual e combinado do Capitalismo histórico adicionou controles econômicos a controles políticos e sociais herdados do passado, mas estes controles extra-econômicos não perderam nada da sua importância e acuidade. Muito ao contrário, é exatamente pela ausência do capitalismo de universalizar a integração ao sistema produtivo que os controles políticos e sociais, dirigidos para a repressão do “Outro”, continuam fundamentais. Precisamente por isso, também, a necessidade do mesmo

³⁶ Keynes, *Essays in Persuasion*. Nova Iorque: WW Norton, 1963, pgs. 148 e 160.

³⁷ *Ibid.*, pg.162.

³⁸ Kalecki, “Political Aspects of Full Employment” [publicado originalmente no *The Political Quarterly*, 1943]. <http://gesd.free.fr/kalecki43.pdf> Consultado em 23/12/2020.

³⁹ Karl, Polanyi, *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 2001, pg.164.

“Outro” de reagir através de mecanismos, eles também extra-econômicos. Quando Trotsky, no fim da vida, escreve que , se o México populista de Cárdenas desejava aprofundar o legado progressista da Revolução de 1910, ele faria melhor em “completar o legado de Emiliano Zapata”⁴⁰ do que preocupar-se em elaborar uma contrafação de um Plano Quinquenal soviético, ele certamente pensava que uma reforma agrária que abrisse o caminho à cidadania ativa da população camponesa e indígena era algo de saída mais importante do que esperar que o acesso a esta mesma cidadania pela via passiva da incorporação de mão de obra ao setor industrial.

Este *obiter dicta* não teve repercussão no seu próprio tempo: ficou restrito às coleções de panfletos nas bibliotecas. Mas quando se pensa que o MAS boliviano conseguiu desfazer em um ano um golpe de Direita – coisa que a velha COB jamais conseguiu - e voltar ao poder em cima do seu caráter *plurinacional*, assim como a Esquerda chilena conseguiu derrogar a Constituição da ditadura hasteando a bandeira mapuche ao lado do pavilhão nacional – pode-se pensar que o transformação social radical, no mundo de hoje, dependerá de acrescentar novas consignas “identitárias” às antigas consignas classistas e modernizantes. É possível que uma Esquerda do segundo terço do século XXI esteja destinada a ser pós-colonial – e pós-nacional.

Rio de Janeiro, dezembro de 2020

⁴⁰ “On Mexico's Second Six Year Plan” [1939].

<https://www.workersliberty.org/story/2017-07-26/trotsky-mexicos-second-six-year-plan> Consultado em 23/12/2020.